

## Memórias, Transições e Fluxos nos Estudos de Diversidade Sexual e de Gênero: 22 anos da ABETH

Thiago Barcelos Soliva<sup>1</sup>  
Jaqueline Gomes de Jesus<sup>2</sup>  
Bruna Andrade Irineu<sup>3</sup>

**Resumo:** A história dos 22 anos da ABETH se imbrica com a construção e legitimação do campo de estudos da diversidade sexual e de gênero se nutriu de uma íntima relação com os movimentos sociais (feminista, homossexual e negro) que ganharam projeção no cenário da redemocratização política. Como resultado dessa atmosfera de colaboração entre lutas políticas e produção científica, tivemos importantes desenvolvimentos conceituais que marcaram o fazer acadêmico e a agenda política desses movimentos. A transposição dos estudos sobre a “mulher” para os estudos de gênero foi o resultado mais evidente do exame crítico operado pelo feminismo acerca do determinismo biológico. Somados a esses esforços a sexualidade, como campo de conhecimento, que entre encontro e desencontros com os estudos de gênero. Os seis (6) textos que compõem esse dossiê expressam discussões atuais em torno dos direitos LGBTI+ e da produção acadêmica em torno da diversidade sexual e de gênero. Algumas lacunas temáticas nos colocam atentas e atentos à urgência de congregar estudos que vocalizam debates críticos às monossexualidades e às não-binaridades, por exemplo. Ainda assim, acreditamos que os trabalhos aqui divulgados auxiliam na compreensão da memória desse campo de estudos.

**Palavras-chave:** diversidade sexual e de gênero; produção de conhecimento; sexualidades; memórias; ciência.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto II do Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Sul da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFRB.

<sup>2</sup> Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Transhomocultura (2021-2023). Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ).

<sup>3</sup> Bolsista Produtividade em Pesquisa Nível 2 do CNPq. Professora Adjunto IV do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero – NUEPOM/UFMT.

É consenso situar a década de 1980 como um momento de expansão dos estudos sobre gênero e sexualidade no Brasil. Essa expansão se deu em meio a um conjunto de transformações político-sociais, culturais e mesmo sanitárias que organizaram sentidos sobre gênero e sexualidade. A recondução do país a um novo modelo de sociedade, ancorado em valores democráticos – valores esses que culminariam com a promulgação da Constituição de 1988 –, são indubitavelmente momentos centrais que percorrem a trajetória brasileira na sua história mais recente.

O mundo assistia ao avanço descomunal da epidemia de HIV/aids, que modificaria de forma dramática as formas de lidar e falar sobre as sexualidades, sobretudo com relação às identidades homossexuais e travestis, em um contexto de formação de grupos pela defesa da diversidade sexual e de gênero pós 1969 (Revolta de Stonewall) e concomitante à abertura política no Brasil.

A construção e legitimação desse campo de estudos se nutriu de uma íntima relação com os movimentos sociais (feminista, homossexual e negro) que iam ganhando projeção no cenário da redemocratização política. Como resultado dessa atmosfera de colaboração entre lutas políticas e produção científica, tivemos importantes desenvolvimentos conceituais que marcaram o fazer acadêmico e a agenda política desses movimentos.

A transposição dos estudos sobre a “mulher” para os estudos de gênero foi o resultado mais evidente do exame crítico operado pelo feminismo acerca do determinismo biológico. Somados a esses esforços a sexualidade, como campo de conhecimento, que entre encontro e desencontros com os estudos de gênero (GÓIS, 2003), passa a se beneficiar de uma visão crítica que busca, a partir da análise histórica, uma rejeição aos essencialismos que marcaram desde o século XIX a preocupação científica sobre a sexualidade (CITELI, 2005; SORJ e HEILBORN, 1999).

Alguns balanços contemporâneos da literatura relacionada aos estudos de gênero e sexualidade têm apontado para a expansão e diversificação desse campo em termos de

redes de pesquisas, temas, pesquisadoras/es e diversidade regional e institucional (CITELI, 2005; SORJ e HEILBORN, 1999; FACCHINI, DANILIAUSKAS e PILON, 2013). Na perspectiva de colaborar com essas iniciativas, se faz necessário avaliar algumas transformações vividas mais recentemente, sobretudo relacionadas a entrada massiva de grupos até então excluídos do acesso aos meios de produção científica oficiais, como negros, trans e periféricos.

A Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) é formada nessa confluência de diálogos entre academia e movimentos sociais, congregando pessoas professoras, graduandas e pós-graduandas, profissionais, pesquisadoras, ativistas e demais interessadas nas temáticas das sexualidades e gêneros, em processo iniciado em 1999, com articulações de professores como Mario César Lugarinho e Carlos Barcellos na Universidade Federal Fluminense (UFF) em torno do tema “Literatura e Homoerotismo”, agregando cerca de 60 pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que incorrem na fundação da ABEH em 2001. (NOGUEIRA, 2018; IRINEU, 2020).

A entrada de docentes e discentes implicados com a temática da diversidade sexual e de gênero na Universidade é potencializada com a ampliação do Ensino Superior e ao fortalecimento de políticas afirmativas nas Universidades brasileiras. Uma política que merece destaque nesse contexto foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Iniciado em 2007, durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esse programa tinha como foco ampliar o acesso e garantir a permanência no Ensino Superior. A interiorização do Ensino Superior constituiu uma das metas principais do programa.

Essas “novas universidades” e institutos federais pensados na perspectiva do fortalecimento de identidades, práticas e potencialidades locais, à exemplo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), têm se voltado a um público diferente daquelas

universidades de grandes centros urbanos. Quilombolas, indígenas, migrantes, negres, trans, pessoas com deficiência e outras identidades periféricas têm ocupado esses espaços e vêm produzindo agenciamentos importantes nas rotinas acadêmicas.

Mas não é somente a entrada de corpos periféricos no corpo discente que têm transformado a Universidade brasileira, docentes negres, travestis, transexuais, indígenas, lésbicas e gays, ainda em um número reduzido, têm ajudado a questionar o establishment acadêmico. Seu status de outsider within, para usarmos a feliz expressão de Hill Collins (2016) para analisar o caso das intelectuais negras, tem promovido agenciamentos criativos na forma de pensar pedagogias, leituras e práticas de pesquisa. Essas intelectuais trans, negres e periféricas têm questionado a já consagrada centralidade sudestina na produção do conhecimento. O resultado desses tensionamentos é um expressivo crescimento de núcleos de pesquisa e eventos acadêmicos que buscam congregar essas novas perspectivas e interesses de pesquisa.

Nessa conjuntura, a ABEH também vai tendo a sua dinâmica transformada, desde a eleição da primeira presidenta travesti em 2017, professora Luma Nogueira de Andrade, situada em uma universidade originada pela Reforma Universitária e na região Nordeste do país. Na passagem dessa gestão, assume a presidência, a primeira pesquisadora lésbica, professora Bruna Andrade Irineu, oriunda de uma universidade do Centro-Oeste e na região do Pantanal (marcada pelo incentivo empresarial ao agronegócio e pela negligência com a formação humana inerente às Ciências Humanas e Sociais), de 2019 a 2021. Na sequência, assume a presidenta, professora Jaqueline Gomes de Jesus, mulher trans, primeira pesquisadora negra à frente da ABEH, oriunda de uma universidade do Centro-Oeste e atuando em um Instituto Federal do Sudeste, especificamente no estado do Rio de Janeiro, marcado com intensos e históricos conflitos sociais.

Esse aumento de representatividade no corpo e na direção da ABEH reforçou a antiga discussão sobre a necessidade de atualizar sua denominação (NOGUEIRA,

2018), do antigo termo “homocultura”, que limitava a compreensão da diversidade de nosso corpo organizacional, e como decorrência da pauta apresentada para eleição da atual diretoria, concretizou-se o que a presidenta Jaqueline chama de “a transição da ABEH”, após debates internos, formação de grupo de trabalho e assembleia geral para confirmação em 2022 do novo registro civil: Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH).

Quanto a divulgação científica, esse cenário também vem se complexificando considerando essa geografia do conhecimento que vem se modificando. Se antes a produção de artigos com as temáticas de gênero e sexualidade estava concentrado em periódicos como a Revista de Estudos Feministas (REF) e os Cadernos Pagu, os últimos dez anos foram determinantes para o crescimento de revistas que vem se dedicando à divulgação científica de artigos, comentários, traduções, relatos de pesquisa, resenhas e dossiês temáticos nesse campo de estudos, como a Periódicus, a Cadernos de Gênero e Diversidade e a própria REBEH. (IRINEU, 2020).

A REBEH, nasce no ano de 2018 e segue ainda registrada enquanto Revista de Estudos da Homocultura, devido a demandas de registro que impactariam em relação à sua avaliação, constitui exemplo importante dessas novas publicações, estando, conforme o atual Estatuto da Associação, denominada Revista da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura – REBEH. Resultando de esforços coletivos e parcerias político-institucionais, a revista alcançou a classificação A2 no quadriênio 2017-2020 do QUALIS CAPES, portanto reconhecida como periódico de excelência.

Ainda nesse contexto, é nítido o crescimento de perspectivas teóricas que, extrapolando as abordagens clássicas sobre gênero e sexualidade, têm ajudado a diversificar e adensar esse campo de estudos. O uso da noção de interseccionalidade tem se tornado uma espécie de mantra entre pesquisadoras e pesquisadoras que buscam incorporar nos seus estudos a dimensão interativa das desigualdades relativas à gênero, cor/raça/etnia, classe, sexualidade e outros eixos de diferenciação. Entre esses estudos,

cabe ainda espaço à reflexão das diferentes formas de agência e estratégias de resistência que organizam sentidos sobre trajetórias, práticas e existências. Intelectuais negras como Angela Davis, Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw, bem com outras tornaram-se leituras fundamentais nos cursos de disciplinas como antropologia, história, sociologia, educação, psicologia et cetera.

Essas transformações também têm sido sentidas na forma de fazer política estudantil e universitária. A arte das periferias cada vez mais tem se tornado um importante instrumento de contestação e negociação. Slams, rap, funk, shows de drag queens têm ocupado o espaço da universidade na perspectiva de construir políticas de resistência nas quais os corpos são espaços de disputas constante.

A construção e consolidação da ABETH reflete um pouco dessas dinâmicas. Tomada como um espaço de agenciamento criativo dentro do establishment acadêmico, a ABETH, desde seu início, agregou corpos historicamente excluídos dos meios tradicionais de produção científica. Rememorar a trajetória dessa Associação é acessar memórias subalternas que falam sobre disputas, tensões, exclusões e potências relacionadas aos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

Considerando esse estado de coisas, este dossiê se volta para um conjunto de questões que (trans)passam a história da ABETH em seu processo de institucionalização: embates epistemológicos, economia de visibilidades, políticas afirmativas na pós-graduação, o aumento de docentes trans nas universidades, interseccionalidade, transfeminismo, a incorporação de conceitos como gênero (lá atrás) ou cisgeneridade (hoje) e os efeitos epistemológicos e políticos dessas mudanças. Dessa forma, esse dossiê reunirá textos que tematizem essas mudanças a partir do processo de construção, institucionalização e transição da ABEH para ABETH, desde a importância do surgimento da Associação para o crescimento dos estudos homoeróticos, teoria queer e afins, até o quanto a nova configuração da associação, com seu perfil mais feminino,

trans, negre e periférico que se inicia em Luma, passa por Bruna e atualmente chega a Jaqueline, acompanhando e participando das transformações no nosso campo.

A dinâmica política atual da ABETH reflete o acúmulo histórico em 22 anos, que se encontra e se conecta com o próprio percurso dos estudos de diversidade sexual e de gênero no Brasil, sobretudo a trajetória dos ativismos e das políticas públicas LGBTI+ em seus 45 anos de história. Os dois primeiros artigos reunidos nesse dossiê refletem criticamente a relação da história de constituição da agora ABETH com alguns desenvolvimentos teóricos importantes relacionados a noção de diversidade e a Teoria Queer. Os outros quatro artigos refletem a diversidade teórico-metodológica do campo de estudos sobre diversidade sexual e de gênero nos últimos anos.

Em *Cultura e Diversidade: um olhar sobre a ABEH*, Wilson Garcia aborda alguns fatos que descrevem parte da história da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH. O objetivo desse ensaio é acentuar um conjunto reflexivo a respeito de cultura e diversidade a partir da ABEH, ao evidenciar perspectivas contemporâneas de alteridade e diferença.

No artigo *Um arco-íris nas velas do Argo: experiências de gênero na fronteira*, Mônica Saldanha fala do encontro dos estudos feministas com o pós-estruturalismo, com a proposta desconstrutivista e com os pensadores da “virada linguística”, fazendo emergir gênero como uma categoria relacional. A autora destaca como esse processo marcou a desestabilização do sujeito, a renúncia às metanarrativas universalizantes e o abandono da concepção de linguagem enquanto veículo neutro de significados externos tiveram efeitos inegáveis tanto para os estudos de gênero quanto para a literatura.

Em *“Nossos passos vêm de longe”*: *percursos feministas de negras e lésbicas* de Sulamita Jesus de Assunção apresenta as formas organizativas das mulheres negras e lésbicas no passado e sua perspectiva de atualização no presente. A partir de uma abordagem interseccional, a autora afirma que as ações empreendidas pelas mulheres,

ampliam as possibilidades identitárias e oferecem caminhos possíveis de rompimento com a discriminação, estigma e submissão que foram atribuídos pela colonialidade.

Em *Metodologia da resistência transcestral: pensando gênero a partir da teoria*, da vivência e da articulação política, Lucas Silva Dantas propõe um modelo metodológico para explorar gênero a partir de três perspectivas: dos movimentos sociais, da produção acadêmica e da transcestralidade. A partir dessa tripolaridade de caminhos e perspectivas é que nasce a possibilidade de sistematizar essa metodologia, que tem como objetivo enlarguecer o debate considerando o viés decolonial de enxergar não somente na produção teórica, mas na insurgência dos sujeitos e movimentos dissidentes, contribuições potentes e insurgentes, que foram por vezes negadas e hierarquizadas na academia.

Em *Transfeminismo: apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo*, Thomas Victor Barreto Cardoso propõe levantar provocações sobre a constante marginalização das mulheridades trans pela sociedade heterocisnormativa, e a importância do transfeminismo dentro desse debate. A partir de [trans]autoras como Letícia Nascimento e Julia Serano, e da literatura feminista amefricana como bell hooks, Audre Lorde e Patrícia Hill Collins, o autor realiza uma revisão bibliográfica de suas críticas ao protagonismo do feminismo universalista e consequente exclusão dos saberes não hegemônicos.

Por fim, no artigo *20 anos de ABETH e Teoria Queer*, Denilson Lopes busca rememorar os encontros que levaram à criação da associação e o seu segundo congresso em Brasília com a publicação de “Imagem e Diversidade Sexual” em diálogo e com uma estória pessoal relacionada ao seu primeiro contato com a teoria queer, em 1995, em Nova Iorque focalizando a emergência e seus desafios no Brasil.

Os textos que compõem esse dossiê expressam discussões atuais em torno dos direitos LGBTI+ e da produção acadêmica em torno da diversidade sexual e de gênero. Algumas lacunas que se expressam na ausência de textos que poderiam debater



questões como a invisibilidade da bissexualidade e a emergência do debate da não binaridade, nos colocam atentas e atentos a urgência de congregar estudos que vocalizam debates pungentes.

Acreditamos que os trabalhos aqui divulgados auxiliam na compreensão da memória desse campo de estudos e desejamos excelente leitura a todas, todos e todes!

### Referências

- ASSUNÇÃO, Sulamita Jesus. “Nossos passos vêm de longe”: Percursos feministas de negras e lésbicas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.75-105, 2022.
- CARDOSO, Thomas Victor Barreto. Transfeminismo: apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.119-133, 2022.
- CITELI, Maria Teresa. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002)**: revisão crítica. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.
- DANTAS, Lucas Silva. Metodologia da Resistência Transcestral: Pensando gênero a partir da teoria, da vivência e da articulação política. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.106-118, 2022.
- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILLON, Ana Claudia. “Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 44, n. 1, jan./jun., 2013, p.161-193.
- GARCIA, Wilton. Cultura e diversidade: Um olhar sobre a ABEH. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.41-53, 2022.
- GÓIS, João Bosco Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, ano1, p. 321-336, Jan./Jun., 2003.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
- HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 01, Jan./Abr., 2016.
- IRINEU, Bruna A. 20 anos da ABEH: co-produções ativistas, acadêmicas e artísticas. In: IRINEU, Bruna A. et. al. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Editora Devires. Salvador, Bahia. 1ª edição, 2020. 283p.
- JESUS, Jaqueline Gomes. Gestão da diversidade no Brasil: Notas críticas. In: IRINEU, Bruna A. et. al. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Editora Devires. Salvador, Bahia. 1ª edição, 2020. 283p.
- LOPES, Denilson. 20 anos da ABETH e teoria queer. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.134-147, 2022.
- NOGUEIRA, Luma Andrade. ABEH: uma história de resistência e de produção do conhecimento. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Mariza. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. pp. 501-514.
- SALDANHA, Mônica. Um arco-íris nas velas do Argo: Experiências de gênero na fronteira. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.54-74, 2022.

**Memories, Transitions and Flows in Sexual and Gender Diversity Studies: 22 years of ABETH**

**Abstract:** The history of the 22 years of ABETH intertwines with the history of the construction and legitimation of the field of Sexual and Gender Diversity Studies, nourished by an intimate relationship with the social movements (feminist, homosexual and black) that gained prominence in the scenario of redemocratization policy. As a result of this atmosphere of collaboration between political struggles and scientific production, we had important conceptual developments that marked the academic work and the political agenda of these movements. The transposition of studies on “women” to Gender Studies was the most evident result of the critical examination carried out by feminism regarding biological determinism. Added to these efforts, sexuality, as a field of knowledge, which clashes with gender studies. The six (6) texts that make up this dossier express current discussions around LGBTI+ rights and academic production around sexual and gender diversity. Some thematic gaps make us attentive and attentive to the urgency of bringing together studies that vocalize critical debates on monosexuality and non-binarity, for example. Even so, we believe that the works published here help in understanding the memory of this field of study.

**Keywords:** sexual and gender diversity; knowledge production; sexualities; memoirs; science.

**Recebido em: 16/03/2023**

**Aprovado em: 20/03/2023**